

Líderes discutem pauta e reaceleração do Congresso

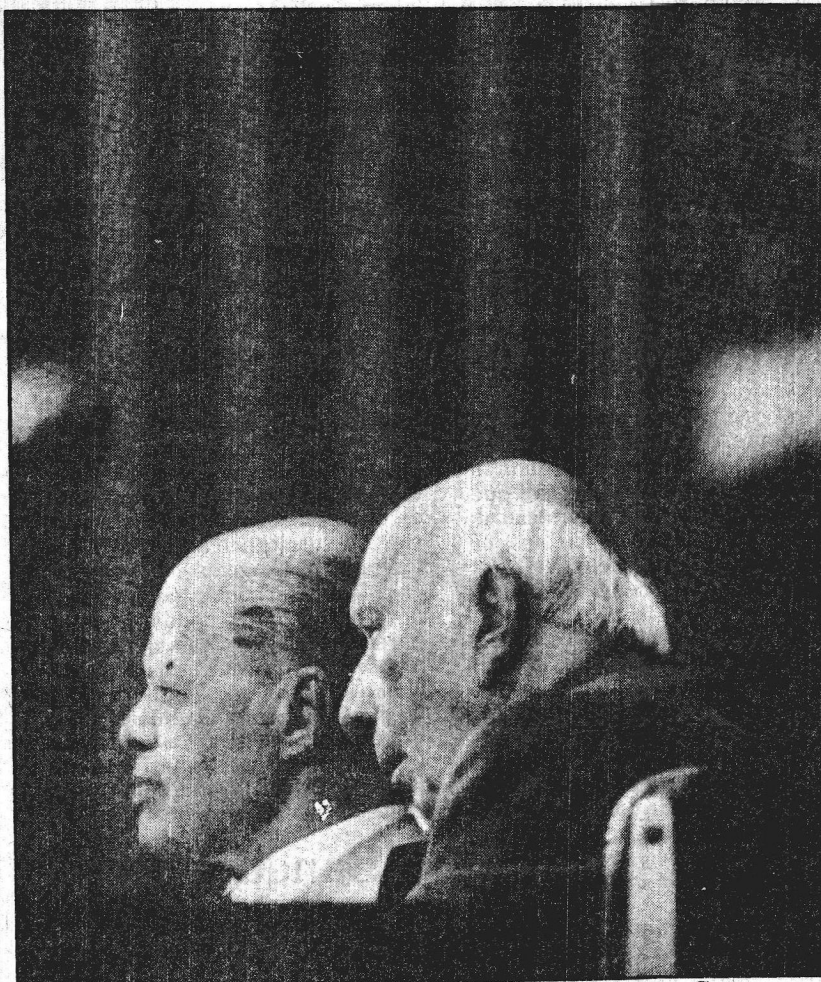
As lideranças partidárias reúnem-se, hoje para tentar definir uma pauta de votação para as próximas semanas. O deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB, vai propor que, ao invés dos chamados esforços concentrados (períodos pré-destinados para a vinda dos parlamentares a Brasília), o Congresso Nacional adota, desta vez, um esforço permanente, reunindo-se de terça a quinta-feira, todas as semanas, para votar uma pauta previamente acertada pelas lideranças. A prioridade número um para o PMDB é a aprovação das leis previdenciárias. Nas questões mais polêmicas, contudo, há muitas divergências: o PDS e o PFL, por exemplo, estão querendo retirar da ordem do dia o projeto que regulamenta a cobrança de no máximo 12% ao ano dos juros bancários.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, reuniu-se ontem com os presidentes do Senado, Nelson Carneiro, e da Câmara, Paes de Andrade, acertando com eles um esforço para a definição nas próximas horas de uma pauta para as votações nas próximas semanas, com prioridade para a legislação complementar à Constituição. Depois, em entrevista, Ulysses fez um apelo às lideranças partidárias para que, sem detrimento das divergências em relação ao mérito das matérias, concordem em colocar em pauta várias propostas importantes.

Medidas

Nas medidas provisórias, contudo, estão as maiores divergências. A decisão da coordenação política do Governo de lutar para impedir a apresentação de emendas à MP 184, que trata da reforma monetária, foi questionada não apenas pelas oposições como por vários líderes de partidos que apóiam o presidente Fernando Collor. Outra polêmica: o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, através das lideranças parlamentares governistas, está centrando fogo na proposta do deputado Nelson Jobim, que regulamenta a tramitação no Legislativo das medidas provisórias. O deputado Ibsen Pinheiro reagiu, assegurando que o projeto não apenas é constitucional, mas "de excelente qualidade: ao invés de criticá-lo, eles deveriam antes lê-lo com atenção".

O ataque governista ao projeto Jobim tem dois objetivos: primeiro, a regulamentação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias limitaria o seu uso pelo Executivo, o que é considerado indesejável; segundo, dar um troco a Nelson Jobim, tido no Parlamento como um jurista competente, que vem se notabilizando como o principal crítico, no Congresso, aos erros jurídicos praticados pelo Governo.



Carlos Menandro

Ulysses procurou Nelson Carneiro para agilizar o Congresso